

JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA  
BIBLIOTECA PROF. BERNARDINO JOSÉ DE SOUZA  
INFORME SEBIB Nº 29/14

A Seção da Biblioteca recebeu o seguinte periódico:

REVISTA DIALÉTICA DE DIREITO TRIBUTÁRIO Nº 226– jul/2014  
*SUMÁRIO*

- A não incidência da contribuição sindical patronal aos não empregadores – *Alexandre Macedo Tavares e Gabriel de Araújo Sandri*
- Significado e alcance da Resolução do Senado Federal nº 13/2012 em relação às mercadorias e bens submetidos a processo de industrialização após o desembaraço aduaneiro – *Bruno Oliveira Cardoso*
- O “Foreign Account Tax Compliance Act” (FACTA) e seus impactos no ordenamento jurídico brasileiro: reflexões a partir das perspectivas da eficiência, da praticabilidade e da proporcionalidade – *Caio Augusto Takano e Ramon Tomazela Santos*
- A possibilidade de creditamento do PIS e da COFINS pela sistemática não cumulativa sobre aquisição de direitos autorais – *Giancarlo Matarazzo e Rodrigo Martone*
- O tratamento tributário dos consórcios no ordenamento jurídico brasileiro – *Guilherme de Almeida Henriques, Alexandra Carolina Vieira Miranda e Marcelo Hugo de Oliveira Campos*
- Empréstimos contratados de empresas localizadas em paraíso fiscal em fase pré-operacional ou inicial – não caracterização de hipótese de omissão de receita. Impossibilidade material – *Ives Gandra da Silva Martins, Rogério Vidal Gandra da Silva Martins e Soraya David Monteiro Locatelli*
- Inconstitucionalidade do protocolo ICMS 21/2011 do Confaz. Efeitos jurídicos para os signatários e consumidor final não contribuinte de ICMS – *Jefferson Marcos Biagini Medina*
- Multas previdenciárias introduzidas pela Lei 11.941/2009. Erros comuns na metodologia de cálculo que vem sendo empregada pelos agentes fiscais da RFB na aplicação da penalidade mais benigna – *Jorge Luiz de Brito Junior*
- Base de cálculo do ITBI sobre as transmissões decorrentes de integralização do capital social – *Omar Augusto Leite Melo*

- ISS e a locação de bens móveis conjugada com serviços: a necessidade de correta qualificação jurídica dos fatos – *Paulo Roberto Andrade*
- Os métodos PCI e Pecx: análise do critério “Arm’s Length” à luz do princípio da praticabilidade – *Pedro Augusto do Amaral Abujamra Asseis*
- A contribuição previdenciária substitutiva: novas reflexões sobre os seus aspectos controvertidos – *Pedro Guilherme Modenese Casquet e Natália Affonso Pereira*
- Do cabimento da cautelar fiscal na hipótese de crédito tributário com a exigibilidade suspensa – Crítica à atual jurisprudência do STJ – *Rafael Augusto Silva Domingues*
- ICMS/ST – Responsabilidade do substituto em razão de decisão judicial obtida pelo substituído – *Sacha Calmon Navarro Coêlho, André Mendes Moreira e Marcos Correia Piqueira Maia*

O exemplar está disponível para consulta dos interessados

Salvador, 25 de julho de 2014